

ECONOMIA POLÍTICA CULTURAL: UMA APRESENTAÇÃO

Diego José Nogueira Fraga¹

Resumo: O presente artigo apresenta a abordagem da Economia Política Cultural (EPC) desenvolvida por Bob Jessop e por Ngai-Ling Sum. A EPC se dedica a analisar os fenômenos da economia política congregando, dialeticamente, seus aspectos semióticos e extra-semióticos. Ou seja, colocam a possibilidade analítica de compreender os diversos fenômenos classificados como objetos da economia política, entendendo o dinamismo inter-relacionado de suas faces material e cultural. Serão apresentadas as raízes teóricas da EPC, o debate intelectual suscitado em torno da abordagem, suas principais ferramentas de análise, com destaque particular para o conceito de "imaginários econômicos", um conjunto de diferentes aplicações que tem sido realizada por diversos autores, os desenvolvimentos e as principais críticas e divergências. Ao final, é realizado um breve balanço, considerando as críticas e as possibilidades de desenvolvimento da abordagem, compreendendo como contribuição positiva a flexibilidade, em termos analíticos, que ela possibilita. Como desafios principais identificados estão o equilíbrio entre o semiótico e o extra-semiótico, assim como a necessidade de um número maior de estudos empíricos que demonstrem sua força explicativa. Por fim, é proposta uma radicalização na heterodoxia da abordagem, de modo que seja criado um diálogo construtivo com outras correntes teóricas.

Palavras-chaves: Economia e Cultura; Economia Política Cultural; Imaginários Econômicos.

Cultural political economy: a presentation

Abstract: This article presents the Cultural Political Economy (CPE) approach developed by Bob Jessop and Ngai-Ling Sum. EPC is dedicated to analyzing the phenomena of political economy, dialectically bringing together its semiotic and extra-semiotic aspects. In other words, they raise the analytical possibility of understanding the various phenomena classified as objects of political economy, understanding the interrelated dynamism of their material and cultural faces. The theoretical roots of the EPC will be presented, the intellectual debate raised around the approach, its main analytical tools, with special emphasis on the concept of "economic imaginaries", a set of different applications that have been carried out by different authors, the developments and the main criticisms and disagreements. At the end, a brief assessment is made, considering the criticisms and development possibilities of the approach, understanding the flexibility, in analytical terms, that it allows as a positive contribution. The main challenges identified are the balance between the semiotic and the extra-semiotic, as well as the need for a greater number of empirical studies that demonstrate their explanatory power. Finally, a radicalization of the heterodoxy of the approach is proposed, so that a constructive dialogue is created with other theoretical currents.

Keywords: Economy and Culture; Cultural Political Economy; Economic Imaginaries.

¹Doutor em Sociologia (UFRJ) e membro do núcleo de pesquisa Desenvolvimento, Trabalho e Ambiente (DTA-UFRJ).

Economía política cultural: una presentación

Resumen: Este artículo presenta el enfoque de Economía Política Cultural (CPE) desarrollado por Bob Jessop y Ngai-Ling Sum. EPC se dedica a analizar los fenómenos de la economía política, reuniendo dialécticamente sus aspectos semióticos y extrasemióticos. En otras palabras, plantean la posibilidad analítica de comprender los diversos fenómenos catalogados como objetos de la economía política, comprendiendo el dinamismo interrelacionado de sus caras materiales y culturales. Se presentarán las raíces teóricas del EPC, el debate intelectual suscitado en torno al enfoque, sus principales herramientas de análisis, con especial énfasis en el concepto de "imaginarios económicos", un conjunto de diferentes aplicaciones que han sido realizadas por diferentes autores, los desarrollos y las principales críticas y desacuerdos. Al final se realiza una breve valoración, considerando las críticas y posibilidades de desarrollo del enfoque, entendiendo como un aporte positivo la flexibilidad, en términos analíticos, que permite. Los principales desafíos identificados son el equilibrio entre lo semiótico y lo extrasemiótico, así como la necesidad de un mayor número de estudios empíricos que demuestren su poder explicativo. Finalmente, se propone una radicalización de la heterodoxia del enfoque, de modo que se cree un diálogo constructivo con otras corrientes teóricas.

Palabras clave: Economía y Cultura; Economía Política Cultural; Imaginarios económicos.

1 – Introdução

O presente artigo pretende apresentar ao público brasileiro a abordagem da Economia Política Cultural (EPC) desenvolvida por Bob Jessop e por Ngai-Ling Sum. A EPC tem sido debatida de maneira crescente em âmbito internacional, mas ainda é pouco conhecida no Brasil. Um sinal claro disso é que apenas um artigo foi traduzido para o português e publicado em periódico brasileiro².

Diversos autores tem se empenhado na construção de uma Economia Política Cultural e os trabalhos de Sayer (2001), Jones (2009) e Paterson (2009) são alguns exemplos. A perspectiva da chamada Escola de Lancaster³, na qual o artigo centra sua atenção, combina ferramentas da economia política crítica com outras da análise semiótica crítica, de forma a produzir uma abordagem distintiva pós-disciplinar para análise de formações sociais capitalistas e não capitalistas (JESSOP; OOSTERLYNCK, 2008).

Por economia política cultural podemos entender como uma abordagem que pretende produzir análises sobre o capitalismo que consigam congrega, de maneira dialética, a compreensão sobre a realidade material de um determinado fenômeno por meio das ferramentas da economia política, com o estudo sobre os aspectos culturais, ideológicos e, por que não, superestruturais, desse mesmo fenômeno. De fato, a ideia de uma economia política cultural não é nova, até porque economistas e filósofos políticos clássicos não separaram a economia da cultura, ao contrário, estavam preocupados com sua inter-relação. O que a nova economia política cultural deveria assumir como missão, como afirma Sayer (2001, p. 702-703) é “[...] desafiar o divórcio do positivo, o normativo e a subjetivação dos valores e, assim, ampliar os recursos críticos disponíveis para avaliarmos a sociedade contemporânea”.

O artigo está organizado em cinco partes, contando com essa breve introdução. Na parte 2, é apresentada a proposta de uma Economia Política Cultural elaborada pela Escola de Lancaster, incluindo suas raízes teóricas e contexto do debate intelectual onde ela se encaixa; na parte 3 são apresentados os seus principais conceitos e ferramentas, com destaque para o conceito de “imaginários econômicos”; na parte 4 são abordados alguns desenvolvimentos e aplicações realizadas por diferentes autores que se apropriaram da EPC, assim como abordagens mais críticas. Na parte 5 faremos as considerações finais, levando em conta justamente esses desenvolvimentos e críticas.

² Referimos-nos aqui à publicação do artigo “Análise Semiótica Crítica e Economia Política Cultural”, de autoria de Bob Jessop (2010b) e publicado na Liinc em Revista,

³ A denominação de Escola de Lancaster se deve ao fato de seus principais proponentes pertencerem à Universidade de Lancaster, no Reino Unido.

2 - A Proposta de uma Economia Política Cultural

Antes de nos atentarmos para as propostas da Escola de Lancaster, vale a pena retornar ao trabalho de Sayer (2001). Para este autor, uma economia política cultural que valha a pena deve se comprometer ao menos com três proposições: (1) considerando que a virada cultural nas ciências sociais inverteu o tratamento desdenhoso sobre a cultura e o mundo da vida⁴, colocando a cultura como ponto central das análises sociológicas, as análises econômicas mais reducionistas precisam evitar reduzir os sistemas econômicos ao mundo da vida em que estão inseridos para que a análise sobre até que ponto esses sistemas são ou não responsáveis pelos efeitos econômicos e culturais (bons ou ruins), não sejam obscurecidas; (2) a necessidade de examinar mais criticamente o enraizamento social e cultural das atividades econômicas e a forma pela qual os mecanismos do sistema de acumulação de capital e desenvolvimento desigual possui efeitos poderosos de desenraizamento e ruptura e; (3) a necessidade de reconsiderar a economia política clássica, que de certa forma sempre levou em consideração também a questão cultural.

No caso da versão da EPC que pretendemos nos deter neste trabalho, Jessop e Oosterlynck (2008), considerando a semiose como a produção intersubjetiva de significados⁵, revelam três características da abordagem em questão: a primeira é que a EPC se opõe às análises trans-históricas, de modo que tanto a história quanto as instituições são importantes. É nesse ponto que, como argumentam os autores, a dialética estratégico-relacional da dependência de trajetórias e modelagem de trajetórias e sua ênfase associada nos mecanismos evolutivos de variação, seleção e retenção (Campbell, 1969) têm um papel fundamental na modelagem da dinâmica da semiose.

A segunda é que a EPC leva a virada cultural a sério, destacando as complexas relações entre significados e práticas. Assim, a produção de significados é crucial para a descrição e compreensão e explicação da conduta econômica e política, assim como para outros tipos de comportamento e suas propriedades emergentes.

A terceira característica é que a EPC enfoca a co-evolução de processos semióticos e extra-semióticos e seu impacto conjunto na constituição e dinâmica das formações capitalistas.

⁴ Referência ao conceito de "mundo da vida" elaborado por Jurgen Habermas.

⁵ A produção intersubjetiva de significados é fundamentada mais detalhadamente por Jessop, no qual diz se tratar de abordagens ligadas aos estudos da argumentação, narrativas, retóricas, hermenêutica, identidades, reflexividade, historicidade e discurso.

A abordagem da Escola de Lancaster representa, em grande medida, uma continuidade em relação aos trabalhos teóricos de Bob Jessop; desde sua teoria do Estado ancorada nos desenvolvimentos teóricos de Nicos Poulantzas e da ideia de uma abordagem relacional-estratégica (JESSOP, 2013b), passando pelo seu trabalho no âmbito da escola de Paris na Teoria da Regulação (JESSOP; SUM, 2006), até chegar à ideia de uma Economia Política Cultural. Também é importante chamar atenção para a forte influência do Realismo Crítico defendido por autores como Roy Bashkar e Margaret Archer nessa abordagem.

Visto que a Teoria da Regulação “[...] preocupa-se com as conexões entre as formas institucionais e as regularidades dinâmicas das economias capitalistas”, centrando-se “[...] nas especificidades do modo de produção capitalista”, considerando “improvável a acumulação continuada”(NGAI-LING; JESSOP, 2013, p. 14), é importante observar que esse arcabouço teórico parte de relações sociais concretas, em vez de homens econômicos abstratos e visa atingir quatro objetivos: (1) descrever as instituições e práticas do capitalismo; (2) explicar as várias tendências de crise do capitalismo e / ou prováveis fontes de resolução de crises; (3) analisar diferentes estágios do capitalismo e comparar os regimes de acumulação e os modos de regulação em um dado período de desenvolvimento capitalista; e (4) examinar a incorporação social e a regularização social das instituições e da conduta econômica (NGAI-LING; JESSOP, 2013).

Concordando com a preocupação da EPC com os momentos de crise, para a Teoria da Regulação as grandes crises manifestam rupturas nos determinismos econômicos hegemônicos e outros determinantes que, segundo Boyer e Cohen (2010), serão fundamentais para que se coloquem em movimento os compromissos institucionais dos quais se poderá eventualmente construir um novo modo de regulação⁶.

Aqui, os elementos semióticos da economia e sua ligação dialética com os elementos extra-semióticos têm papel crucial. As crises não seriam assim, como nos mostra Jessop (2004), processos ou momentos puramente objetivos, que produzem de maneira automática uma resposta particular. Seriam, na verdade, momentos com potencial de formar novos caminhos, cuja modelagem é mediada através da dialética entre o material e o semiótico.

Contudo, ainda que Bob Jessop seja em algum nível filiado aos regulacionistas da Escola de Paris, suas críticas às tendências economicistas, à fixação com o Estado como a principal escala de análise, assim como o problema em teorizar o papel da

⁶ Modo de Regulação entendido aqui como o conjunto dos mecanismos econômicos (leis, valores, hábitos) que formam um sistema econômico (BOYER; COHEN, 2010, p. 65).

agência, se fazem presentes na construção de uma economia política cultural (STARICCO, 2017).

A EPC integra a virada cultural na análise das relações econômicas e políticas, incorporando a preocupação com a produção social do significado intersubjetivo. Ela não pretende acrescentar a cultura à política e à economia para criar uma análise tridimensional. Ela, a partir da ideia de que todos os fenômenos sociais têm propriedades semióticas e materiais, procura entender as interconexões e a co-evolução na construção das relações sociais (NGAI-LING; JESSOP, 2013).

Do ponto de vista metodológico, combinando conceitos e ferramentas da análise semiótica crítica com a economia política crítica, a EPC possui principalmente duas agendas de pesquisa (NGAI-LING; JESSOP, 2013): a) compreender como fatores extra-semióticos e semióticos afetam a variação, seleção e retenção da semiose e suas práticas associadas em ordenar, reproduzir e transformar as formações sociais capitalistas e; b) compreender qual é o papel a semiose cumpre na interpretação, construção e estabilização das formações sociais capitalistas

Incorporando conceitos e ferramentas da Análise Semiótica Crítica, particularmente dos trabalhos de Norman Fairclough, a EPC considera os discursos sendo, por um lado, moldados pela estrutura social e, por outro, como constitutivos da estrutura social. São os mecanismos semióticos (culturais) e extrassemióticos (materiais) que determinam a coevolução dos aspectos semióticos e extrassemióticos da economia política. Uma das preocupações centrais da EPC é como os fatores semióticos participam no desenrolar de momentos de crise.

Nessa linha, a EPC tem voltado atenções à inter-relação entre os fatores semióticos e extrassemióticos na formação e sedimentação de instituições. Como argumenta Jessop (2013a), a ideia é que as crises de um modo de desenvolvimento (a crise do fordismo é um exemplo) representam a incapacidade de reprodução da relação do capital na forma como vinha ocorrendo. No momento de uma crise, estabelece-se uma "profunda desorientação cognitiva, estratégica e prática ao desorganizar as visões de mundo sedimentadas dos atores" (JESSOP, 2013a, p. 4) de modo que se abre espaço para uma diversidade de interpretações da crise. Assim, as crises perturbam as metanarrativas, os arcabouços teóricos, os paradigmas políticos e a vida cotidiana, abrindo espaço para a proliferação de interpretações da crise, as quais, apenas algumas serão selecionadas como base para "recuperações imaginadas" que são traduzidas em estratégias e políticas - e, destes, apenas alguns se mostram eficazes e são mantidos (JESSOP, 2013a).

A EPC se propõe também a superar a dicotomia entre agência e estrutura, considerando a importância tanto da agência,

quanto da estrutura, na ideia de uma Abordagem Estratégico-Relacional, e destaca:

[...] o potencial heurístico dos conceitos estratégico-relacionais de "seletividade estratégica estruturalmente inscrita" e "cálculo estratégico estruturalmente orientado". A Abordagem Estratégico-Relacional argumenta que as estruturas institucionais têm importantes vieses estratégicos inscritos em sua forma, conteúdo e operação; e que os atores são mais ou menos sensíveis ao contexto ao avaliar essa seletividade estratégica e sua capacidade de explorá-la, contestá-la ou transformá-la. As seletividades materiais, discursivas e espaço-temporais de uma organização, instituição ou conjunto institucional privilegiam algumas práticas e estratégias sobre outras. Isso depende de como tais práticas e estratégias "combinam" com as possibilidades materiais, significados e padrões temporais e espaciais inscritos nessas estruturas. Alguns atores, algumas identidades, alguns interesses, algumas estratégias, alguns horizontes espaciais e temporais, algumas ações estarão melhor posicionadas do que outras para perceber as possibilidades ou contornar as restrições associadas a um dado conjunto institucional. No entanto, como restrições institucionais específicas estão vinculadas a horizontes temporais específicos e escalas espaciais de ação, uma restrição de curto prazo para um agente ou conjunto de agentes pode se tornar uma oportunidade conjuntural em um horizonte temporal mais longo se houver uma mudança na estratégia (NGAI-LING; JESSOP, 2013, p. 67).

Enfatizando a interdependência e co-evolução entre aspectos semióticos e extra-semióticos, a EPC chama atenção para os processos de construção do significado e estruturação social, evitando o que Jessop (2010) vai considerar como duas tensões teóricas complementares e desigualmente ameaçadoras. O primeiro ocorre em formas de cunho estruturalista e de determinismo social, que reduzem os agentes a ações a portadores passivos das estruturas sociais. A segunda é o que chamam de "imperialismo sociológico do construtivismo social radical", na qual a realidade social é redutível aos significados e entendimentos dos participantes de seu mundo social.

Em seguida, analisaremos o conceito de "imaginários econômicos", central para a compreensão das relações entre cultura e materialidade na economia política e uma das principais ferramentas teóricas da abordagem.

3 - Os Imaginários Econômicos

Mais especificamente sobre o que Jessop (2013a) vai chamar de imaginários econômicos, o autor argumenta que a totalidade das atividades econômicas é considerada por essa abordagem como algo tão desestruturado, que ela não pode, por completo, ser objeto de cálculo, gerenciamento, governança ou orientação. Ao contrário, essas práticas são sempre orientadas para subconjuntos de relações econômicas

(sistemas e subsistemas econômicos) que têm sido discursivamente, organizacionalmente e institucionalmente fixados como objetos de intervenção. Para que isso ocorra, é necessário o envolvimento de imaginários econômicos, que dependem da semiose para construir esses subconjuntos.

Se ancorando no trabalho de Antônio Gramsci, Jessop (2013a) também argumenta que esses imaginários não podem existir apenas no nível discursivo, precisam possuir uma significativa (embora sempre parcial) correspondência com as interdependências materiais na economia realmente existente e/ou nas relações entre atividades econômicas e extra-econômicas. Economias imaginadas são, assim, discursivamente constituídas e materialmente reproduzidas em muitos lugares e escalas e em diferentes contextos espaços-temporais e sobre vários horizontes espaços-temporais.

São os diferentes pontos de vista que levam a diferentes imaginários econômicos. Portanto, indivíduos, grupos, organizações, partidos, movimentos etc. são levados a se envolver em simplificações da realidade econômica, criando ou se engajando dessa forma, nos diversos imaginários. Períodos de crise, por exemplo, tornam possíveis arranjos econômicos alternativos.

Isso coloca a questão da força performativa dos imaginários econômicos na formação do domínio econômico e destaca a necessidade de explorar os fatores e forças discursivas e materiais que moldam a seleção e a retenção de relatos hegemônicos, sub-hegemônicos, contra-hegemônicos ou marginais da economia, sua dinâmica e suas condições de existência. Assim, cada imaginário retrata o mundo econômico à sua maneira (com espaços para sobreposição, articulação e hibridação de imaginários diferentes) e aqueles que se tornam hegemônicos ou sub-hegemônicos ajudam a moldar as ordens econômicas e incorporá-las em conjuntos mais amplos de relações sociais. Imaginários marginais e contra-hegemônicos também afetam a conduta econômica e, em algumas circunstâncias, podem tornar-se mais influentes modelando os regimes de acumulação, os modos de regulação e os modos de provisionamento material (NGAI-LING; JESSOP, 2013).

É a interação entre os aspectos semióticos e extra-semióticos no processo coevolutivo de variação, seleção e retenção dos discursos, etapas essas não necessariamente sequenciais, mas emergentes em momentos de crise, que os imaginários econômicos que serão bem sucedidos ganham sua força constitutiva e performativa no mundo material (JESSOP; OOSTERLYNCK, 2008).

Bob Jessop (2010, p. 341) define as etapas em que a semiose passa de uma disputa pela interpretação das crises até serem retidas e aplicadas. Organizamos no Quadro 1 abaixo essas

definições, incluindo as etapas de “reforço” e “recrutamento seletivo”, presentes, mas não tão explorados por Jessop e Sum em seus trabalhos:

Quadro 1 – Variação, Seleção e Retenção na EPC

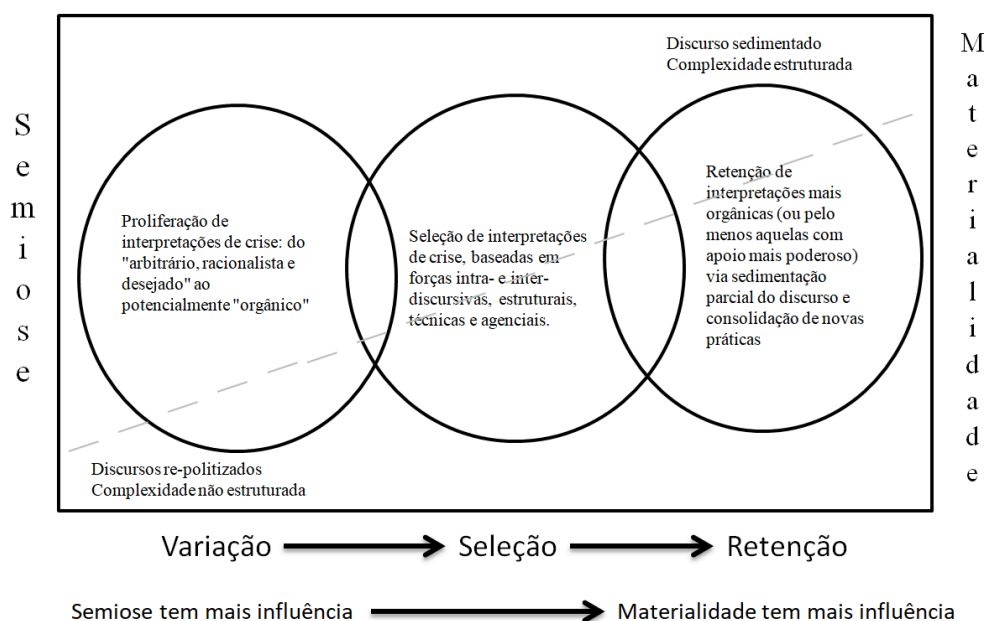
| | |
|----------|---|
| Variação | Variação contínua de discursos e práticas, devido ao seu domínio incompleto, sua adaptação hábil em circunstâncias específicas, novos desafios ou crises, ou outras causas semióticas ou materiais. Diversas narrativas econômicas, políticas e socioculturais podem se cruzar à medida que procuram dar sentido aos problemas atuais, construindo-os em termos de falhas do passado e possibilidades futuras. Enquanto muitas visões invocam, repetem ou remisturam gêneros, discursos e estilos estabelecidos; outros podem desenvolver, ainda que parcialmente, uma “poesia para o futuro” que ressoe com novas potencialidades. |
| Seleção | Seleção de discursos particulares para interpretar eventos, legitimar ações e (talvez auto-reflexivamente) representar fenômenos sociais. Os fatores semióticos agem aqui influenciando a ressonância dos discursos em termos meta-narrativos pessoais, organizacionais e institucionais, e mais amplos, e limitando possíveis combinações de semiose e práticas semióticas em uma dada ordem semiótica. Fatores materiais também operam aqui através de relações de poder conjunturais ou entrincheiradas, dependência de trajetória e seletividades estruturais. Embora muitas narrativas plausíveis sejam avançadas, seus narradores não serão igualmente eficazes em transmitir suas mensagens e assegurar apoio para as lições que esperam extrair. Isso depende da “teia de interlocução e suas seletividades discursivas”, da organização e operação dos meios de comunicação, do papel dos intelectuais na vida pública e dos vieses estruturais e operações estrategicamente seletivas de vários aparatos de caráter público e privado de dominação econômica, política e ideológica |
| Retenção | Retenção de alguns discursos ressonantes (por exemplo, inclusão no habitus do ator, hexis e identidade pessoal, atuação em rotinas organizacionais, integração em regras institucionais, objetivação no ambiente construído, tecnologias materiais e intelectuais e articulação em estratégias de acumulação amplamente aceitas, projetos estatais ou visões hegemônicas). Quanto maior o intervalo de sites (horizontalmente e verticalmente) em que os discursos ressonantes são retidos, maior é o potencial de institucionalização e integração eficazes em padrões de coerência estruturada e compromisso duradouro. As influências constrangedoras de interdependências recíprocas complexas também afetarão recursivamente o escopo para reter discursos ressonantes. |
| Reforço | Reforço na medida em que certos dispositivos processuais favorecem esses discursos e suas práticas associadas e também filtram discursos e práticas contrárias. Isto pode envolver tanto a seletividade discursiva (por exemplo, cadeias de gênero, estilos, identidades) quanto a seletividade material (por exemplo, o privilégio de certos locais dominantes do discurso através de vieses estruturais em ordens organizacionais e institucionais específicas). Tais mecanismos discursivos e |

| | |
|-----------------------|---|
| | materiais recursivamente fortalecem gêneros, estilos e estratégias apropriados e eliminam seletivamente alternativas inapropriadas, e são mais poderosos onde operam em muitos locais para promover discursos complementares em toda a sociedade. |
| Recrutamento Seletivo | Recrutamento seletivo, inculcação e retenção por grupos sociais relevantes, organizações, instituições, etc., de agentes sociais cujas predisposições se encaixam maximamente com as exigências dos requisitos anteriores. |

Fonte: Elaboração própria com base em Jessop 2010a, 2013a e Jessop e Oosterlynck 2008

Bob Jessop (2013a, p. 6) também tenta deixar mais claro o funcionamento dessas etapas das disputas discursivas com a representação gráfica a seguir:

Figura 1 – Representação esquemática da variação, seleção e retenção



Fonte: Jessop 2013a, p. 6.

É possível compreender um imaginário econômico como um conjunto ou uma ordem semiótica, uma configuração específica que articula diversos gêneros, discursos e estilos em torno de uma concepção particular de economia e de suas condições materiais (extra-semióticas) de existência. No nível individual, ele enquadra a experiência vivida pelos sujeitos em um mundo extremamente complexo, orientando o cálculo

coletivo sobre esse mundo. Nos níveis meso e macrossociais, os imaginários se desenvolvem à medida que as forças econômicas, políticas e intelectuais buscam (re)definir os subconjuntos de atividades econômicas que serão seus objetos de regulação, articulação estratégica e projetos (JESSOP, 2013a; JESSOP; OOSTERLYNCK, 2008).

Fundamental é considerar que essas forças:

[...] tendem a manipular o poder e o conhecimento para assegurar o reconhecimento das fronteiras, geometrias, temporalidades, agentes econômicos típicos, tendências e contra-tendências, requisitos gerais dinâmicos distintos e requisitos de reprodução de diferentes economias imaginadas (Daly 1991, Miller e Rose 2008). Eles também buscam desenvolver novas formas estruturais e organizacionais que ajudarão a institucionalizar essas fronteiras, geometrias e temporalidades em um arranjo espaço-temporal apropriado que possa deslocar e / ou adiar contradições inerentes do capital e tendências de crise (JESSOP, 2010, p. 345 – 346).

Assim, devido às limitações cognitivas e aos vieses discursivos e materiais dos diversos paradigmas econômicos, os imaginários econômicos são definidos sempre de maneira seletiva, excluindo elementos que são vitais para o desempenho do subconjunto de relações econômicas às quais aquele imaginário não identifica como primordial. Essas exclusões limitam a eficácia da previsão, gestão, planejamento, orientação e governança econômica, justamente porque essas práticas, no momento de seleção e, principalmente, retenção do imaginário, não levam em conta os elementos excluídos e o impacto deles na realidade material (JESSOP; OOSTERLYNCK, 2008).

4 – Desenvolvimentos e Debates sobre a EPC

Traremos agora algumas das principais aplicações da abordagem da EPC defendida pela Escola de Lancaster. Os trabalhos aqui expostos são os textos mais citados para a abordagem em discussão, encontrados na base de dados bibliográficos *Scopus* realizando busca com operadores booleanos para trabalhos que tivessem no título o termo

“cultural political economy” ou *“economic imaginaries”* no título, resumo e palavras-chave. Recorremos também à artigos classificados nas áreas de sociologia, ou artes liberais (*liberal arts*) ou economia, e a busca foi realizada no dia 4 de abril de 2019. Foram analisadas as 20 obras com maior número de citações, ainda que nem todas tenham sido utilizadas no presente trabalho por não trazerem contribuição relevante ao debate ou alguma aplicação prática da abordagem em contexto de pesquisa.

Desse modo, Ngai-Ling Sum (2010) analisou as lutas pela hegemonia relacionadas às mudanças socioespaciais e ao plano de reestruturação econômica que ocorreram no Delta do Rio das Pérolas em Hong Kong de 1998 a 2006, entre o que chamou de “marcas de conhecimento”. Essas “marcas de conhecimento” seriam: os modelos de “vantagem competitiva” propostos por Michael Porter (professor da Harvard Business School); e o modelo de “desempenho industrial”, proposto por Suzanne Berger e Richard Lester (à época, dirigente da Iniciativa Internacional de Ciência e Tecnologia do MIT e fundador da Industrial Performance Center do MIT, respectivamente).

Sendo junto de Bob Jessop uma das fundadoras da escola de Lancaster de EPC, Sum reconhece que o modelo que propõe neste trabalho se afasta um pouco da proposta original. Para executar a sua proposta, Sum (2010) combina abordagens (neo) gramscianas e (neo) foucaultianas, argumentando que a Escola de Lancaster consegue demonstrar, ao contrário do que muitos dizem, que é possível combinar criativamente as duas tradições intelectuais, entrecruzando as preocupações foucaultianas, como o discurso, disciplina e governamentalidade, com os interesses gramscianos na linguagem, dominação e hegemonia.

Sua abordagem toma o trabalho de Gramsci (e de autores gramscianos) como a lente principal para estudar como a hegemonia é produzida e reproduzida em formações sociais desiguais e divididas em classes, utiliza o trabalho de Foucault (e de autores neo-foucaultianos) como ponto de entrada básico nos aspectos discursivos da formação dos sujeitos e técnicas de subjetivação e integra outros insights foucaultianos em uma abordagem amplamente gramsciana, através da comensuração de seus respectivos conceitos para analisar os momentos discursivos das relações sociais. Segundo Sum (2010), isso permite à EPC examinar a relação entre a microdinâmica das relações de poder disciplinares-governamentais e sua codificação estratégica para produzir efeitos hegemônicos específicos em níveis mais abrangentes da realidade social.

O referido trabalho envolve o estudo da produção e reprodução da hegemonia, enfocando o momento discursivo-estratégico na formação da hegemonia neoliberal e questionando não apenas como as subjetividades e identidades são constituídas, mas também quem e o que está envolvido (SUM, 2010). Assim, de maneira resumida, Sum (2010, p. 568) conclui sobre seu caso empírico que ele utiliza os insights de Foucault sobre tecnologia do poder do conhecimento e a dominação e hegemonia da linguagem de Gramsci. O apoio, as contestações e as subversões envolvidas no referido estudo são, segundo Sum, previsíveis do ponto de vista do EPC, que não se preocupa apenas com as questões “o quê” e “quem” na produção de hegemonia, mas também com “como” várias tecnologias discursivas são usadas para validar, produzir e desafiar a (re) produção da hegemonia.

Analisando as disputas entre cidades e regiões escandinavas num contexto de crescente competição econômica interurbana global, Tove Dannestan (2008) tenta compreender como os processos associados à política empresarial das

idades e ideias como “cidades empreendedoras” e “competição urbana” obrigam-nos a repensar o que é uma política local. Para isso, o autor propõe que a Economia Política Cultural pode ser uma abordagem interessante para reconceitualizar a política local.

Mobilizando diversos questionamentos e agendas de pesquisa possíveis para a sua proposta de estudo (como links entre local e global, política assistencial e material nas cidades, governança e política de escala, etc.), Dannestan (2008) entende que a contribuição principal da EPC é justamente o fato dela ser uma maneira de estudar como a política é feita em uma interação dialética entre seletividade discursiva e material, fator crucial para compreender por que novos discursos são traduzidos em política concretas ou por que uma orientação política é legitimada com referência a determinados discursos.

Tentando entender de que forma a arquitetura é condicionada e “regulada” pelo contexto social, Paul Jones (2009) reivindica a necessidade de avaliá-la fora de suas próprias práticas e princípios profissionais. Para isso, Jones recorre a dois referenciais teóricos: a sociologia de Pierre Bourdieu e a abordagem da EPC de Bob Jessop e Ngai-Ling Sum. Sobre a EPC afirma que sua grande força está na sua avaliação crítica da semiótica dentro de uma estrutura que apoia a investigação a respeito da centralidade da forma cultural nos projetos econômicos. Assim, a EPC pode ser entendida como um engajamento com a “virada cultural” associada ao pensamento pós-moderno, que buscou em grande parte focalizar a atenção na construção do sentido social pela agência. Mas contra muito dessa literatura, a análise da EPC expressa um desejo de evitar uma análise que começa e termina dentro da esfera cultural. A EPC procura explicar como as formas culturais se tornam carregadas de significado político-econômico devido às estratégias

contingentes, mas ainda assim materiais, associadas à sua construção (JONES, 2009, p. 2525).

Lembrando o papel da arquitetura em fornecer os símbolos materiais ligados à acumulação de capital, Jones (2009) afirma que, levando a virada cultural a sério, a EPC não relegaria a cultura a uma reflexão inferior e nem privilegiada em seu poder explicativo, mas sim, afirma que as economias capitalistas estão enraizadas e se tornam socialmente significativas através da cultura. Não que o capitalismo seja justificado pela cultura, mas ele estaria enraizado nos textos e formas socialmente significativas que constituem a cultura. Sua conclusão é que a EPC consegue enquadrar a arquitetura como uma expressão da incorporação de “imaginários econômicos”, além de conectar os arquitetos e seus projetos aos interesses dos Estados e mercados, enquanto, ao mesmo tempo, considera as especificidades do campo arquitetônico.

Regine Paul (2012) analisa por meio da EPC, a política de migração do trabalho na França, Alemanha e Grã-Bretanha para avaliar até que ponto essas políticas podem ser explicadas de acordo com a Teoria do Estado da Competição (*Competition State Theory*) na qual, em resumo, os Estados nacionais respondem aos processos da globalização trabalhando para facilitar, proativamente, o crescimento econômico e a competitividade.

Em sua análise, Paul propõe a existência de três imaginários econômicos distintos na União Europeia que formam a política de migração trabalhista: alta competitividade global de mão de obra qualificada; escassez de mão de obra qualificada e; autossuficiência de mão de obra qualificada. Esses três imaginários formam diferentes domínios de governança econômica, que ditam diversos focos de habilidades, direcionadores de políticas, pontos de referência espacial e *modi operandi* dentro da política de migração do

trabalho. Para a autora, apenas o primeiro imaginário abraçaria por completo a lógica do Estado competitivo.

A EPC, conforme Paul (2012) argumenta, lhe forneceu uma abordagem explicativa para o papel da semiose que foi além do puro relativismo. Desse modo, a EPC lhe foi útil, pois permitiu, ao identificar os imaginários econômicos da migração laboral dominantes nas formações políticas selecionadas, examinar os significados e papéis que a política atribui à migração laboral e aos trabalhadores migrantes, o caráter seletivo dessas inscrições normativas e a contextualização estratégica e seletiva da política de migração trabalhista na competição entre ordens simbólicas distintas dentro da formação sócio-econômica mais ampla.

Com a iniciativa de construir uma abordagem teórica alternativa para o estudo da globalização da educação, Susan Robertson e Roger Dale (2015) propõem uma abordagem crítica da Economia Política Cultural da Educação (CCPEE, na sigla em inglês). Inspiram-se nos trabalhos de diversos autores que buscaram formas de entender “as formações sociais modernas, suas relações sociais e subjetividades, levando a economia política a uma conversa produtiva com a virada cultural” (ROBERTSON; DALE, 2015, p. 150).

Neste trabalho é importante destacar a crítica que os autores fazem ao trabalho de Bob Jessop, ao afirmar que sua abordagem de EPC reduz o cultural ao discurso ou à semiose, enquanto seu trabalho analítico se centra na produção de discursos. Para Robertson e Dale (2015), não existe muita clareza sobre como esses processos se articulam com o cultural em termos de práticas sociais, experiências, sentimentos e formas de reflexividade.

Sobre as críticas à EPC, o geógrafo econômico britânico Ray Hudson (2008) busca analisar as interseções possíveis entre o programa da EPC e o programa das Redes Globais de

Produção (RGPs), ao qual está vinculado. As RGPs são entendidas como abrangendo a totalidade do circuito de produção e constituídas por uma variedade de fluxos (de capital sob várias formas, como mercadorias, dinheiro, conhecimento, pessoas) entre uma variedade de nós, locais e espaços (de produção, troca e consumo), com diferentes disposições de governança, formas de governança em rede multiescalares (supranacionais, nacionais, regionais e urbanas) e não escalares. Como essas são redes de produção global, esses nós e os fluxos que os ligam são distribuídos pelo mundo, embora de maneira desigual (HUDSON, 2008).

Investigando as possíveis interseções, Hudson (2008) encontra um ponto crítico na abordagem da EPC, que será mais tarde reconhecido por Jessop e Sum (2013). O ponto é que, na sua análise, a abordagem da EPC até aquele momento apresentava pouco envolvimento sério com as relações entre a materialidade da economia, a semiótica e a política. Recorrendo a escritos anteriores, Hudson argumenta que a EPC deve envolver a compreensão da economia em três registros, cada um deles constituído por uma variedade de circuitos e fluxos não lineares que ligam uma variedade de locais e espaços. Os três registros seriam: 1) economia política, abrangendo processos de trabalho, processo de criação de valor, troca, realização e consumo de mercadorias; 2) semiótica, relacionada aos fluxos de conhecimento e informação e aos significados culturais que as coisas adquirem e; 3) material, conceituando a economia em termos de transformações de materiais e fluxos de substâncias, energia e materiais. Além disso, enfatiza a importância das relações entre esses três registros, as interações e os fluxos e espaços através dos quais eles são co-constituídos.

Entre os trabalhos com viés crítico à abordagem da EPC, chamam atenção também as contribuições de Bas Van Heur (2010) e de Juan Ignacio Staricco (2017). Ambos os trabalhos

foram publicados no periódico *New Political Economy*, e receberam réplicas de Bob Jessop e Ngai-Ling Sum.

Recuperando o contexto da virada cultural nas ciências sociais, Van Heur (2010), dentre outras críticas, afirma que os argumentos de Jessop não desempenharam um papel tão central nesses debates, que tenderam a ser mais sensíveis a questões ligadas à prática, desempenho e tradução, do que necessariamente à estrutura, regulação e ordem social, questões caras à tradição marxista a qual Jessop se filia.

Neste trabalho, Van Heur critica Jessop por minimizar simultaneamente as consequências mais radicais das reivindicações sociológicas construtivistas, restringindo a interpretação dos discursos de modo considerável. Essa minimização se daria pelo fato de Jessop vincular consistentemente a discussão da semiose ao arcabouço teórico mais amplo da economia política cultural, o que geraria uma lógica de explicação que necessariamente relaciona discursos, gêneros e estilos discursivos à materialidade extra-semiótica subjacente à acumulação de capital e à regulação estatal. Dessa forma, a abordagem da EPC elaborada por Jessop (e Sum) subestimaria inevitavelmente a proliferação de práticas e imagens culturais que são irredutíveis a essa materialidade específica.

Em resposta especificamente a essas críticas, Jessop e Sum (2010) argumentam que a semiose e a estruturação seriam aspectos igualmente fundamentais das relações sociais e como tópicos de investigação do acoplamento entre discurso e estrutura das relações sociais em todas as escalas, da micro à macro. Afirmam também que Van Heur (2010) ignora o argumento de que os imaginários econômicos existem em muitos locais e escalas e podem ser articulados em muitos campos sociais diferentes, podendo estar ligados a muitos outros tipos de práticas imaginárias e sociais. Se eles são

combinados em um ou mais discursos, sejam eles mais orgânicos do que "arbitrários, racionalistas e desejados", sejam eles promovidos principalmente por gerentes de Estado ou por ramos específicos do Estado ou por outros setores econômicos, políticos ou forças sociais, e assim por diante, são todas questões contingentes. Eles não são, e não poderiam ser, determinados por alguma lógica capital abrangente (JESSOP; SUM, 2010).

Nesse mesmo volume de *New Political Economy*, foi dado espaço para a tréplica de Van Heur. Nela, o que se destaca é a afirmação de que sua crítica inicial não foi necessariamente uma afirmação de que a EPC é baseada em uma ontologia em que tudo é causado pelos Estados ou pelo capital ou de que a EPC não leva a sério a semiose como um aspecto igualmente fundacional das relações sociais, mas sim, de que a lógica explicativa que liga os imaginários econômicos a dinâmicas mais amplas de acumulação e regulação de capital é deveras reducionista. Talvez por isso, inclusive, Van Heur (2010) considere que a EPC carece de uma estratégia de pesquisa empírica e, ainda que veja potencial na abordagem estratégico-relacional, na ideia de imaginários econômicos e na atenção aos processos de variação, seleção e retenção, não consegue identificar de que forma a EPC pode analisar melhor os fenômenos sociais do que a sociologia econômica padrão, que foi alvo de críticas de Jessop e Oosterlynck (2008), ao chamá-la de sociologia econômica branda (*soft economic sociology*).

Juan Ignacio Staricco (2017) concorda com Van Heur (2010) quando este enquadra a EPC dentro da tradição regulacionista, mas discorda da crítica de que a abordagem é demasiado economicista e que não leva a sério a semiose. Na verdade, Staricco argumenta justamente o contrário e é temeroso sobre as tendências por demais culturalistas. Assim,

embora Jessop e Sum proponham uma relação dialética entre semiose e materialidade como explicação da reprodução das economias políticas, o autor chama atenção para o que ele considera como a maneira hierárquica na qual essa relação aparece e, conseqüentemente, o caráter ontológico que a semiose recebe.

Staricco (2017) exemplifica passagens dos textos de Jessop e Sum nas quais a semiose aparece com centralidade, enquanto os fatores materiais, ou extra-semióticos, aparecem como relevantes apenas como elementos que condicionam ou modelam os processos semióticos.

Como mostram as referências listadas, os processos pelos quais os atores sociais constroem parcial e estrategicamente a realidade são os principais fenômenos a serem explicados. A materialidade e os elementos extra-semióticos, ao contrário, só são levados em conta desde que contribuam para o exame das práticas semióticas, mas não parecem relevantes como objetos de estudo em si mesmos (STARICCO, 2017, p. 6-7).

Ainda que a EPC, através da ideia de variação, seleção e retenção de imaginários econômicos, explique como os agentes interpretam e dão sentido às suas experiências, o modo como essas interpretações competem entre si e como são estruturadas e traduzidas em estruturas reais, segundo Staricco (2017), a EPC também parece não direcionar a mesma importância ao estudo dessas estruturas em si. Nesse sentido, o próprio modo de produção capitalista seria incluído na análise apenas como uma variável restritiva.

A EPC, nesse sentido, concede a primazia à construção de significado e ao comportamento estratégico dos indivíduos, fazendo das condições estruturais um aspecto secundário da realidade social. Uma das principais consequências desse enfoque é que a EPC não ofereceria uma hipótese teórica de como os imaginários econômicos devem ser relacionados a grupos sociais ou posições particulares dentro da estrutura econômica. A ênfase da EPC na disputa contingente sobre a

constituição de identidades, subjetividades e interesses não presumiria qualquer tipo particular de ligação entre posições estruturais, formação de agência política e imaginários econômicos. Nesse sentido, um projeto de inspiração marxista não parece considerar as divisões de classe como uma das principais características de uma sociedade capitalista e, portanto, não encontraria em tal divisão estrutural as raízes dos imaginários de agência e econômicos (STARICCO, 2017).

Ainda que Staricco (2017) tenha reconhecido que a característica principal da EPC em relação aos outros trabalhos dentro da economia política crítica seja sua virada cultural ontológica, Jessop e Sum (2017), em resposta, acrescentam que, por outro lado, a característica mais distintiva da EPC com relação à análise semiótica crítica, seria a adoção de uma abordagem evolucionária para a variação, seleção e retenção de imaginários econômicos, assim como sua insistência na natureza semiótica das relações sociais no campo da economia política (e em outros lugares). E para Jessop e Sum, isso não significaria que a realidade está sendo reduzida à semiose, pois enquanto uma virada cultural ontológica concede um papel fundamental à construção de sentido e significado para todas as ações sociais, as relações sociais também são moldadas de maneira fundamental pela estruturação, o que é reconhecido por Staricco (2017), mas este ignoraria seus corolários (JESSOP; SUM, 2017). Entre esses corolários estão incluídos, por exemplo:

[...] que "enquanto uma análise de EPC poderia começar com identidades e interesses ou com contradições e antagonismos, as interconexões entre esses pontos de partida alternativos significam que, mais cedo ou mais tarde, essas interconexões devem chegar ao primeiro plano analítico"(Sum e Jessop 2013: 187, ênfase no original). Este ponto aplica-se mais genericamente à semiose ou à estruturação como pontos de partida alternativos em análises teóricas ou empíricas. Em contraste, Staricco conclui que partir da semiose nos compromete com uma hierarquia ontológica que necessariamente privilegia a semiose sobre a materialidade (2016: 10). Para nós, começar com semiose é não mais, mas não menos do que uma escolha epistêmica contingente entre duas opções e não implica uma ordenação ontológica fixa (JESSOP; SUM, 2017, p. 4).

Fato é que, enquanto Bas Van Heur (2010) considera a EPC proposta por Jessop e Sum por demais materialista e que não levaria em conta de forma adequada os aspectos culturais, por outro lado, Juan Ignacio Staricco (2017) enxerga o oposto, ou seja, que a abordagem de EPC é excessivamente culturalista relegando a materialidade do modo de produção capitalista a um segundo plano.

5 - Considerações Finais

A abordagem da Economia Política Cultural desenvolvida por Bob Jessop e Ngai-Ling Sum tem se destacado no âmbito internacional por colocar, numa perspectiva crítica, a relação entre cultura e materialidade, ou, mais especificamente, entre os aspectos semióticos e extra-semióticos da economia política. O caráter interdisciplinar característico de sua própria construção é refletido na apropriação da abordagem por autores de diversas áreas do conhecimento, representados no presente artigo por acadêmicos das ciências sociais, economia, planejamento urbano, arquitetura e geografia.

Fica evidente o esforço de Bob Jessop e Ngai-Ling Sum em desenvolver uma teoria abrangente que consiga dar conta de uma miríade de realidades empíricas. De fato, os diversos trabalhos aderentes à EPC aqui apresentados são sinal de que essa abordagem possui uma flexibilidade considerável para compreender diferentes realidades, assim como uma diversidade considerável de instrumentos teóricos capazes de municiar o analista em seu trabalho de pesquisa.

No entanto, as críticas à EPC chamam atenção para alguns desafios que aqueles que pretendem dela se apropriar devem

estar atentos. O principal desafio é justamente fazer jus ao que essa perspectiva traz como principal promessa, ou seja, analisar as relações dialéticas entre a cultura e a materialidade na economia política de forma equilibrada, o que significa não necessariamente conceder pesos iguais a cada um desses aspectos, mas conceder o peso adequado ao aspecto cultural e ao aspecto material que a realidade empírica estudada demanda.

Nesse sentido, as críticas contraditórias de Van Heur (2010) e Staricco (2017) sugerem que a abordagem da EPC defendida pela Escola da Lancaster talvez ainda precise modular o seu foco, ou, talvez, que mais estudos empíricos precisem ser realizados para que a abordagem consiga corrigir possíveis arestas que tornem mais clara a forma como os aspectos semióticos e extra-semióticos da economia política devam ser abordados. Por isso, é possível inferir que para se chegar nesse difícil equilíbrio analítico, o principal desafio pode ser de caráter metodológico.

Outro ponto que merece destaque é o pouco debate da EPC com outras abordagens que também tentam compreender as relações entre os aspectos culturais materiais da economia política. Ainda que Jessop e Sum (2013) reconheçam as linhas de contato com outras formulações teóricas, esse debate ainda não foi proposto de maneira mais sistematizada. Uma possibilidade de diálogo seria com os trabalhos da sociologia econômica performativa, de autores como Michel Callon, Fabian Muniesa e Donald MacKenzie. Conceitos como os de agenciamentos sociotécnicos, por um lado, e de imaginários econômicos, por outro, podem ser complementares para analisar determinados casos empíricos.

Fato é que, como argumentam Fligstein e Dauter (2012, p. 499), existe um esforço coletivo para a criação de um campo do saber sociológico referente aos estudos da economia, mas é

preciso levar em conta que “[...] esses estudiosos falaram sem levar em consideração os demais, e que isso se deu em detrimento do crescimento focado do campo”. Assim:

[...] Os estudiosos deveriam levantar e explorar as diferenças na terminologia entre suas perspectivas e as demais, para decidir a relevância dessas diferenças para a compreensão dos casos empíricos. Os estudiosos também deveriam estar abertos à possibilidade de os mecanismos que outros estudiosos propõem serem relevantes para seus casos particulares (FLIGSTEIN; DAUTER, 2012, p. 499).

A solução, portanto, tanto para aproximar as diferentes abordagens teóricas quanto para avançar nos desafios levantados pelos autores críticos à EPC é que sejam realizados ainda mais estudos empíricos nos quais seus conceitos e ferramentas sejam reivindicados. Por se tratar ainda de um aporte teórico em construção, seu confronto com outros aportes e com a realidade empírica revelará de maneira ainda mais clara suas debilidades e suas potencialidades.

Referências

BEST, J. How to Make a Bubble: Toward a Cultural Political Economy of the Financial Crisis. *International Political Sociology*, v. 3, n. 4, p. 461-465, 1 dez. 2009.

BOYER, R.; COHEN, P. *Teoria da regulação: os fundamentos*. [s.l.] Estação Liberdade, 2010.

DANNESTAM, T. Rethinking Local Politics: Towards a Cultural Political Economy of Entrepreneurial Cities. *Space and Polity*, v. 12, n. 3, p. 353-372, 1 dez. 2008.

FLIGSTEIN, N.; DAUTER, L. A sociologia dos mercados. *Caderno CRH*, v. 25, n. 66, p. 481-504, dez. 2012.

HEUR, B. VAN. Beyond Regulation: Towards a Cultural Political Economy of Complexity and Emergence. *New Political Economy*, v. 15, n. 3, p. 421-444, 1 set. 2010.

HUDSON, R. Cultural political economy meets global production networks: a productive meeting? *Journal of Economic Geography*, v. 8, n. 3, p. 421-440, 1 maio 2008.

JESSOP, B. Critical semiotic analysis and cultural political economy. *Critical Discourse Studies*, v. 1, n. 2, p. 159-174, 1 out. 2004.

JESSOP, B. Cultural political economy and critical policy studies. *Critical Policy Studies*, v. 3, n. 3-4, p. 336-356, 28 abr. 2010a.

JESSOP, B. Análise Crítica Semiótica e Economia Política Cultural | Critical semiotic analysis and critical political economy. *Liinc em Revista*, v. 6, n. 2, 29 set. 2010b.

JESSOP, B. Recovered imaginaries, imagined recoveries: A cultural political economy of crisis construals and crisis management in the north atlantic financial crisis. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/283832361_Recovered_imaginarie_s_imagined_recoveries_A_cultural_political_economy_of_crisis_construals_and_d_crisis_management_in_the_north_atlantic_financial_crisis>. Acesso em: 29 jul. 2019a.

JESSOP, B. *State Power*. [s.l.] John Wiley & Sons, 2013b.

JESSOP, B.; OOSTERLYNCK, S. Cultural political economy: On making the cultural turn without falling into soft economic sociology. *Geoforum*, v. 39, n. 3, p. 1155-1169, maio 2008.

JESSOP, B.; SUM, D. N.-L. Cultural Political Economy: Logics of Discovery, Epistemic Fallacies, the Complexity of Emergence, and the Potential of the Cultural Turn. *New Political Economy*, v. 15, n. 3, p. 445-451, 1 set. 2010.

JESSOP, B.; SUM, N.-L. *Beyond the Regulation Approach: Putting Capitalist Economies in Their Place*. [s.l.] Edward Elgar Publishing, 2006.

JESSOP, B.; SUM, N.-L. Putting the 'Amsterdam School' in its Rightful Place: A Reply to Juan Ignacio Staricco's Critique of Cultural Political Economy. *New Political Economy*, v. 22, n. 3, p. 342-354, 4 maio 2017.

JONES, P. Putting Architecture in its Social Place: A Cultural Political Economy of Architecture. *Urban Studies*, v. 46, n. 12, p. 2519-2536, 1 nov. 2009.

NGAI-LING, S.; JESSOP, B. *Towards a Cultural Political Economy: Putting Culture in its Place in Political Economy*. [s.l.] Edward Elgar Publishing Limited, 2013.

PAUL, R. Limits of the competition state? The cultural political economy of European labor migration policies. *Critical Policy Studies*, v. 6, n. 4, p. 379-401, 1 dez. 2012.

ROBERTSON, S. L.; DALE, R. Towards a 'critical cultural political economy' account of the globalising of education. *Globalisation, Societies and Education*, v. 13, n. 1, p. 149-170, 2 jan. 2015.

SAYER, A. For a Critical Cultural Political Economy. *Antipode*, v. 33, n. 4, p. 687-708, 2001.

STARICCO, J. I. Putting Culture in its Place? A Critical Engagement with Cultural Political Economy. *New Political Economy*, v. 22, n. 3, p. 328-341, 4 maio 2017.

SUM, N.-L. A cultural political economy of transnational knowledge brands: Porterian "competitiveness" discourse and its recontextualization in Hong Kong/Pearl River Delta. *Journal of Language and Politics*, v. 9, n. 4, p. 546-573, 1 jan. 2010.